



PEC do Voto Aberto é aprovada em primeiro turno no Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

A sessão plenária que apreciou a PEC do Voto Aberto teve debates acirrados; Renan Calheiros cobrou consenso para evitar polêmicas e discussões exageradas

Proposta extingue votações secretas nos Legislativos federal, estadual e municipal

A PEC 43/2013, que determina o voto aberto nas deliberações do Poder Legislativo, foi aprovada em primeiro turno, por 54 votos a favor, 10 contra e 1 abstenção.

A votação em segundo turno e definitiva foi adiada para a próxima semana, pois vários líderes partidários temiam a falta dos 49 votos necessários à aprovação após mais de seis horas de debate. Senadores se dividiram quanto à extensão do voto aberto. **3**

Minirreforma eleitoral passa em comissão e vai para o Plenário 3

Infraestrutura poderá ter reforço de R\$ 240 milhões no Orçamento 5

Especialistas apontam falência do sistema de segurança pública 7

Proteção do meio ambiente é foco de novos centros de pesquisa 4

Reserva de água do país é de apenas 43 dias

O alerta foi feito ontem pelo presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo, em debate na Comissão de Infraestrutura. Ele disse que muitas

reservas do país estão sob pressão por conta de demandas para as quais não foram projetadas e defendeu a retomada da construção de reservatórios. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Collor (C) preside audiência pública na CI entre o presidente da ANA, Vicente Andreu Guillo (E), e o senador Pimentel

Texto prevê consórcio de empregador urbano

Projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais permite a pessoas e empresas criar consórcio para contratar trabalhadores no meio urbano. A iniciativa, de Rodrigo Rollemberg, segue para a Câmara caso não haja recurso para votação em Plenário. **6**



José Cruz/Agência Senado

Ao lado de Waldemir Moka, Sérgio Souza (E), relator, apresenta o parecer: encargo patronal menor e direitos garantidos

Renan rebate Alves e critica demora da Câmara para votar 2

Congresso deve analisar na terça projeto sobre João Goulart 2

Renan critica atraso nas votações da Câmara

Presidente do Senado diz que deputados descompensam bicameralismo ao não votar projetos e questionou os termos “jogo de empurra” e “pautas-bomba” usados pelo presidente da Câmara

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, criticou ontem a demora da Câmara dos Deputados em analisar proposições aprovadas por senadores. Ele relacionou projetos que aguardam votação dos deputados (*veja quadro ao lado*) e classificou de “errática” a declaração do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, de que há um “jogo de empurra” entre as Casas no caso da votação do fim do voto secreto.

— Em vez de votar a proposta que o Senado já havia aprovado, a Câmara preferiu votar um novo texto, o que nos obriga a votar duas vezes o mesmo assunto. Vamos fazer — afirmou, referindo-se ao texto, já aprovado no Senado, que abre o voto em caso de cassação de mandatos.

Ele acrescentou que vários projetos aprovados pelo Senado estão parados na Câmara.

— Falta a Câmara fazer o que o Senado faz. Tudo o que os deputados votam, nós votamos quase automaticamente. A falta de comprometimento descompensa o bicameralismo. É



Renan (2º à dir.) lamenta que projetos aprovados no Senado travem na Câmara

isso que precisa ser resolvido, e não dizer que há jogo de empurra — completou.

Renan também citou a iniciativa que torna a corrupção crime hediondo, já aprovado no Senado, ao se contrapor ao tempo “pautas-bomba” utilizado por Alves para se referir a projetos que causam impacto nas contas do governo.

— Tornar corrupção crime hediondo é pauta-bomba? Garantir ao cidadão o direito de resposta é pauta-bomba? Regular a punição de juízes e membros do Ministério Público que cometeram crime é pauta-bomba? — indagou.

Ele mencionou ainda a proposta que prevê perda de mandato de condenados pelo Supremo Tribunal Federal.

— Se o parlamentar não tem mais direito político, não tem sentido repetir a votação. A emenda constitucional de Jarbas Vasconcelos [PMDB-PE] resolve, mas precisa ser aprovada pela Câmara — afirmou.

Em apertes, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Wellington Dias (PT-PI), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Mário Couto (PSDB-PA) elogiaram Renan pelo empenho dele na votação de projetos “importantes para a sociedade”.

Sessão que afastou Jango pode ser anulada

Poderá ser votado terça-feira projeto de resolução anulando a sessão do Congresso que, em 1964, declarou vaga a Presidência da República e permitiu o estabelecimento do regime militar. O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu agilizar a votação e pediu que o texto seja encaminhado ao Plenário.

Segundo o projeto, de Pedro Simon (PMDB-RS), o Congresso não poderia, na madrugada de 1º para 2 de abril de 1964, ter declarado vaga a Presidência quando João Goulart estava em território nacional e local conhecido. Um dos signatários do projeto, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), definiu aquela sessão como “antirregimental, anticonstitucional e ilegal”.



Jango estava no Brasil quando a Presidência foi declarada vaga

— Foi uma violência contra o povo brasileiro e o Brasil. O que pretendemos é resgatar a história e a memória nacional.

Renan manifestou a confiança na anulação do “ato fatídico” já na terça-feira, durante sessão do Congresso convocada para examinar

vetos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. Em Plenário, ele reiterou o apelo aos líderes dos partidos no Senado e na Câmara e comparou a anulação da derrubada de Jango ao ato que devolveu simbolicamente o mandato de senador a Luis Carlos Prestes.

— Anular aquela sessão é reconhecer que Jango foi deposto, vítima de um golpe.

Hoje, Renan e outros senadores receberão, no Aeroporto de Brasília, os restos mortais do ex-presidente, para exames no Instituto de Criminalística. Os exames foram solicitados pela família para descobrir se Jango teria sido envenenado.

Ouça a íntegra da sessão de 1/4/1964 <http://bit.ly/sessaoJango>

Suplicy comemora eleições internas do PT



PT adota procedimento democrático e saudável, segundo Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou ontem a eleição direta interna feita domingo pelo PT, quando o deputado estadual Rui Falcão (SP) foi reeleito presidente do partido. Para Suplicy, o PT adota um procedimento democrático e saudável. Também foram eleitos representantes estaduais e municipais. O senador informou que participaram 809.344

filiados em 3.533 municípios. Suplicy lembrou que o Brasil receberá, no Catar, prêmio pelo desempenho do Programa Bolsa Família, que completou dez anos. O prêmio será entregue à ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, que representará a presidente Dilma no Fórum Mundial de Seguridade Social, que acontece até sexta-feira.

Projetos parados com os deputados

- 1 PL 6.953/2002 - Dispõe sobre a proteção do usuário de serviço público. Há pedido liminar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão da OAB
- 2 PLP 485/2009 e PLP 214/2012 - Proteção do Fundo de Participação dos Municípios contra desonerações
- 3 PEC 11/2011 - Altera o rito de tramitação das MPs
- 4 PEC 196/2012 - Fim do voto secreto para perda de mandato no Congresso
- 5 PL 7.699/2006 - Estatuto da Pessoa com Deficiência
- 6 PEC 197/2012 - Partilha com os estados dos impostos do comércio eletrônico
- 7 PL 5.403/2011 - Marco Civil da Internet
- 8 PL 7.672/2010 - Lei da Palmada
- 9 PL 5.013/2013 - Lei Geral de Antenas. Regulamenta as condições para instalação e operação de antenas emissores de ondas de radiofrequência
- 10 PL 3.503/2004 - Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos
- 11 PL 5.900/2013 - Passam a ser crimes hediondos a corrupção e crimes contra a vida (PLS 204/2011 no Senado)
- 12 PLP 295/2013 - Simples para Advogados (PLS 105/2011 no Senado)
- 13 PEC 284/2013 - Ficha limpa para servidor público (PEC 6/2012 no Senado)
- 14 PL 5.957/2013 - Regras para zonas de exportação (PLS 764/2011 no Senado)
- 15 PEC 287/2013 - Veda que cônjuge ou parente possa ser suplente de senador e reduz para apenas uma as vagas de suplente (PEC 11/2003 no Senado)
- 16 PEC 286/2013 - Facilita o exercício da iniciativa popular (PEC 3/2011 no Senado)
- 17 PL 641/2013 - Benefícios trabalhistas a portadores de hepatites B e C
- 18 PL 1.927/2003 - Institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros — Reitup, para desonerar o custo do transporte coletivo, condicionado à implantação de bilhete único temporal ou de rede integrada de transportes (PLC 310/2009 no Senado)
- 19 PLP 302/2013 - Regulamentação da emenda constitucional que ampliou os direitos das empregadas domésticas (PLS 224/2013 no Senado)
- 20 PEC 291/2013 - Eliminação da aposentadoria como pena disciplinar para juízes e promotores condenados por corrupção (PEC 53/2011 no Senado)
- 21 PEC 293/2013 - Estende a possibilidade de cumular cargos públicos aos profissionais de saúde integrantes das Forças Armadas (PEC 122/2011 no Senado)
- 22 PEC 313/2013 - Estabelece a perda automática do mandato de parlamentar por improbidade administrativa ou crime contra a administração pública
- 23 PL 4.124/1998 - Prevê como infração grave de trânsito estacionar em vagas privativas de deficiente físico (PLC 99/2007 no Senado)
- 24 PL 6.446/2013 - Dispõe sobre direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada (PLS 141/2011 no Senado)
- 25 PL 6.460/2013 - Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira (PLS 380/2012 no Senado)
- 26 PL 6.575/2013 - Programa Fronteira Agrícola Norte (PLS 15/2011 no Senado)
- 27 PDC 1.357/2013 - Aprova programação monetária para o 3º trimestre de 2013
- 28 PDC 1.361/2013 - Sustenta os efeitos da resolução do Tribunal Superior Eleitoral que redefine o número de deputados federais, estaduais e distritais
- 29 PL 3.799/2000 - Desobriga as entidades filantrópicas da área de saúde de constituir pessoa jurídica independente para operar plano privado de assistência à saúde (PLC 30/2009 no Senado)

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Trabalho escravo

14h Na pauta, a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta que pune quem explora trabalho escravo.

PRESIDÊNCIA João Goulart

9h30 O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da cerimônia de recepção aos restos mortais do ex-presidente da República João Goulart na Base Aérea de Brasília; às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA Agrotóxico natural

7h45 Na pauta, projeto que altera a legislação para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

CDH Discriminação contra a mulher

9h Audiência interativa, por meio do Portal e-Cidadania, na Comissão de Direitos Humanos para discutir a implementação das recomendações do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

CRE Acordos internacionais

10h Votação de acordos internacionais com o Canadá, com a Polônia e com Cingapura.

CMO Proposta orçamentária

10h Relatório da Receita da proposta orçamentária de 2014 e projetos que autorizam créditos para diversos órgãos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h45, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e, às 10h, reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Em sessão longa, fim do voto secreto é aprovado em primeiro turno

Debates no Plenário foram acirrados e, temendo falta de votos necessários, senadores deixaram decisão final para a próxima semana

A PEC DO Voto Aberto, que dá fim a todas as hipóteses de deliberações secretas no Legislativo, venceu a primeira etapa de votações ontem. Aprovado em primeiro turno com 54 votos a favor, 10 contrários e 1 abstenção, o texto, que não teve alterações, seguiu para o segundo turno de votação na mesma sessão plenária. Mas depois de mais de seis horas de debates acirrados, a votação final da Proposta de Emenda à Constituição 43/2013 ficou para terça-feira.

PT, PSB, PSOL, PDT e o bloco da Minoria se declararam em obstrução durante a votação em segundo turno. O temor dessas bancadas era de que a PEC do Voto Aberto não conseguisse o mínimo de 49 votos, número exigido para que a proposta fosse aprovada.

A PEC 43/2013 tramita com a PEC 20/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que suprime da Constituição todas as referências ao voto secreto no Parlamento, mas não estende a medida às demais Casas legislativas do país, e com a PEC 28/2013, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que suprime o voto secreto nas deliberações



Discussões foram extensas e principal divergência entre os senadores foi quanto às situações para o voto aberto

parlamentares, exceto na escolha de magistrados e do procurador-geral da República. O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), elegeu o texto da PEC 43, o mais amplo de todos.

Assim que foi iniciada a análise da PEC, foi apresentado um requerimento preliminar que poderia “desmembrar” a proposta. Souza considerou “temeroso” apreciar a matéria dessa forma. De acordo com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o requerimento constituía “proposta autônoma” — contendo algumas partes da PEC. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) cobrou a lei-

tura do requerimento antes da votação dos destaques ao texto e argumentou não ser possível fazer o desmembramento da proposta que tem origem na Câmara dos Deputados.

Renan fez um apelo aos autores do requerimento para que o retirassem e Romero Jucá (PMDB-RR) aceitou o pedido do presidente.

Amplo e irrestrito

O texto da PEC prevê o voto aberto amplo e irrestrito no Senado e na Câmara dos Deputados. Atinge também as assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do

Distrito Federal e as câmaras de vereadores.

A PEC acaba com o voto secreto na indicação de autoridades, como ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União; presidente e diretores do Banco Central; diretores das agências reguladoras e embaixadores. Também passariam a ser abertas a escolha e a exoneração do procurador-geral da República. Senadores e deputados teriam ainda que abrir o voto na análise dos vetos presidenciais e nos processos de cassação de mandato parlamentar.



Jucá é o autor da proposta de minirreforma eleitoral

Mudança na lei eleitoral passa na CCJ e vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo da Câmara à proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) de Romero Jucá (PMDB-RR). O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), optou por descartar muitas das modificações feitas pelos deputados, preservando a redação aprovada pelo Senado. O texto segue para o Plenário.

Dos 11 destaques apresentados por Humberto Costa (PT-PE) e Pedro Taques (PDT-MT), Raupp acolheu apenas 1. Assim, o relator recuou da intenção inicial de fixar em 20% o limite mínimo de aplicação dos recursos do Fundo Partidário para criar e manter instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, preservando o percentual de 10% definido pela Câmara.

Os demais destaques propostos por Humberto e Taques serão reapresentados para discussão e votação no Plenário do Senado. Os membros da CCJ também aprovaram requerimento para que a proposta seja votada em regime de urgência no Plenário, decisão que teve o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Nós vamos votá-la imediatamente no Plenário do Senado. E como se trata de propaganda eleitoral, a expectativa nossa é falar com a ministra Cármen Lúcia [presidente do Tribunal Superior Eleitoral] para que tenhamos a implantação já na próxima eleição — disse Renan.



Raupp propõe preservar a redação aprovada pelo Senado

Em seis horas de debate, senadores divergem sobre voto aberto

- **Jader Barbalho** (PMDB-PA) Lembrou que Demóstenes e José Dirceu foram cassados por voto secreto.
- **Mário Couto** (PSDB-PA) Disse que parlamentares conseguiram o cargo por conta da vontade popular. — Quem quer esconder o voto não é sério e não honra o voto que recebeu.
- **Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF) Acredita que o voto aberto representa um avanço da democracia. — O cidadão tem direito de saber.
- **Paulo Paim** (PT-RS) Observou que em vários estados, como São Paulo, Roraima, Minas Gerais e no próprio Rio Grande do Sul, o voto secreto já foi abolido nas assembleias.
- **Humberto Costa** (PT-PE) Para ele, a divulgação do voto na escolha de autoridades pode influenciar nas decisões do procurador e do STF.
- **Walter Pinheiro** (PT-BA) Citou ocasiões em que o voto aberto foi usado para enfrentar a ditadura. — O voto aberto é a oportunidade que o parlamentar tem para prestar contas.
- **Aloysio Nunes** (PSDB-SP) Crítica o “casuismo” da proposta e diz que é necessário zelar pelo equilíbrio entre instituições.

- **Wellington Dias** (PT-PI) Diz que o povo é dono do mandato e que é necessário prestar contas.
- **Paulo Davim** (PV-RN) Afirma que é dever prestar contas. — Por que temos receio de votar abertamente? Não vejo obstáculos.
- **Randolfe Rodrigues** (PSOL-AP) Segundo Randolfe, o Congresso brasileiro é o que mais tem possibilidades de votações secretas em todo o mundo.
- **Vanessa Graziotin** (PCdoB-AM) Acredita que manter o voto secreto significa manter a liberdade de escolha. — Não acho que democracia seja sinônimo de voto aberto.
- **Roberto Requião** (PMDB-PR) Diz que a democracia se fortalecerá muito com o fim das votações secretas.
- **Eduardo Suplicy** (PT-SP) Lembrou que revela suas intenções de voto na maioria das deliberações.
- **Pedro Simon** (PMDB-RS) Julga hipócrita a necessidade do segredo para aprovar autoridades. — O voto secreto é importante, mas para o eleitor escolher os representantes.
- **Lúcia Vânia** (PSDB-GO) Acredita que o voto aberto vai tornar o

- Congresso mais representativo. — A publicidade de nosso voto tem imperativo ético.
- **Cássio Cunha Lima** (PSDB-PB) Defende o voto aberto sempre. — Quem não aguenta pressão não venha para o Parlamento — afirmou.
- **Benedito de Lira** (PP-AL) Afirma que, no caso de escolha de autoridades, o parlamentar, por ter participado das sabatinas, tem condições de fazer uma avaliação adequada.
- **Magno Malta** (PR-ES) Lembrou que votou contra a indicação do ministro Luís Roberto Barroso para o STF e que declarou seu voto.
- **Eduardo Lopes** (PRB-RJ) É pelo voto secreto na votação de autoridades, quando o sigilo “favorece o equilíbrio entre os Poderes”.
- **Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE) Defende o voto sempre aberto, como em vários países desenvolvidos.
- **José Sarney** (PMDB-AP) Contra o voto aberto, especialmente para o caso de indicação de autoridades. — A Constituição diz que é impossível apresentar emenda constitucional contra o voto secreto.

- **Cristovam Buarque** (PDT-DF) Para ele, a democracia vai avançar com o voto aberto.
- **Ricardo Ferraço** (PMDB-ES) Disse que o voto do eleitor deve ser reservado, mas o do eleito, não, já que ele não é o dono do mandato.
- **João Capiberibe** (PSB-AP) Negou que o fim do sigilo dos votos cause prejuízo à democracia.
- **José Agripino** (DEM-RN) Apoia voto secreto na apreciação de vetos presidenciais, mas aberto no caso de indicação de autoridades
- **Pedro Taques** (PDT-MT) Lembrou que nenhuma ação do Executivo é secreta. — O melhor detergente que existe é a luz do painel.
- **Jorge Viana** (PT-AC) Disse que o voto aberto está sendo adotado “quase que à força”, diante do caso do deputado Natan Donadon. — Estamos satanizando a representação parlamentar — opinou.
- **Ângela Portela** (PT-RR) Disse que o voto aberto atende exigência do povo por mudanças na política. — Essa proposta está aqui por força da mudança que nosso país exige.

Avança criação de três centros de pesquisa

Proposta do Executivo cria centros de pesquisa para o desenvolvimento estratégico do Nordeste, para o biosistema do Pantanal e para o uso racional de recursos hídricos e soluções para mudanças climáticas

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a criação de três órgãos na estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT): o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas. A matéria segue agora para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Pelo PLC 55/2013, de autoria do Poder Executivo, o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste deverá realizar ações em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico e social da região.

Caberá ao Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal permitir a instalação de infraestrutura que dará suporte a pesquisas no biosistema. A unidade deverá integrar e articular as ações em andamento na região.

Já o Instituto Nacional de Águas terá a finalidade de implantar ações inovadoras na área de meio ambiente, com



Instituto em criação dará infraestrutura para pesquisas sobre o Pantanal

foco na preservação, geração de conhecimento e de novas tecnologias na utilização racional dos recursos hídricos, além de buscar soluções para resolver a questão das mudanças climáticas.

A proposta também transfere o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) para o MCT e altera a denominação para Instituto Nacional da Mata Atlântica.

O museu, sediado em Santa Teresa, no Espírito Santo, foi fundado em 1949 pelo

naturalista Augusto Ruschi (1915–1986), agraciado pelo Congresso, em 1994, com o título de Patrono da Ecologia do Brasil.

O relator ad hoc, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e a senadora Ana Rita (PT-ES) comemoraram a aprovação por acreditar que nova vida será dada ao município de Santa Teresa e ao museu. Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Pedro Taques (PDT-MT) também celebraram a aprovação dos órgãos, que trarão benefícios aos estados.

Aprovado limite de peso em mochilas estudantis

Estudante do ensino fundamental ou do ensino médio não poderá carregar na mochila material que pese mais do que 15% do próprio peso corporal. A medida consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A proposta será submetida a turno suplementar de votação.

Relatora da matéria na CAS e na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a senadora Ângela Portela (PT-RR) apresentou substitutivo acrescentando a obrigatoriedade de as escolas fornecerem armários para os estudantes guardarem o material escolar.

Jovens senadores chegam a Brasília neste domingo



No próximo domingo, os 27 estudantes vencedores do Concurso de Redação do Senado 2013, parte do Projeto Jovem Senador, chegarão a Brasília para o início das atividades.

No dia da chegada, haverá uma dinâmica de integração no hotel para que todos se conheçam. Os estudantes também participarão de uma reunião informal para orientações e boas-vindas. Na segunda-feira, a programação no Senado começa com a solenidade de posse, que dá início à legislatura de três dias dos jovens senadores.

População quer que União assumira a educação básica

Pesquisa realizada pelo DataSenado mostrou que 78,1% dos brasileiros apoiam a ideia de tornar a educação básica — que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o médio — responsabilidade exclusiva do governo federal.

A proposta, defendida por Cristovam Buarque (PDT-DF), foi rejeitada por apenas 19,1% das pessoas ouvidas no Distrito Federal e nos 26 estados, entre 18 e 30 de setembro. Os 2,8% restantes não souberam ou não quiseram responder.

Em discurso anteontem, Cristovam ressaltou que esse foi o caminho percorrido pela maioria das nações do mundo que conseguiram elevar a educação básica a padrões aceitáveis de qualidade. Pela mesma razão, o senador

sugere que o governo transforme o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base, transferindo o ensino superior para o Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme projeto que apresentou, aprovado também anteontem pela Comissão de Educação.

— Criança é coisa de prefeito. Para o governo federal, peixe é que é importante. Aí tem um ministério para cuidar dos peixes. Nós temos, na área de economia, pelo menos uns dez ministérios. Para a educação, apenas um. Na maior parte dos países onde deu certo a educação de base, havia um ministro responsável por olhar, cuidar, influir na educação de base. Onde não teve isso, não deu certo. Por isso, a minha proposta — argumentou.

A pesquisa do DataSenado, que ouviu 811 pessoas por telefone, mostrou outros ângulos relacionados à questão educacional: a maioria dos entrevistados é favorável à priorização dos investimentos no ensino fundamental. Para 65,2% deles, é aí que deve ser aplicado mais dinheiro público. Também apoiam a unificação nacional dos salários dos professores da educação básica (83%) e um concurso nacional para contratar professores da educação básica (87,9%).

Quanto à qualidade, a educação básica foi mal avaliada: só 9% dos entrevistados a consideram “boa” ou “ótima”.

Veja a íntegra dos resultados da pesquisa: <http://bit.ly/pesquisafe>

Vanessa: marco civil pode colaborar com segurança da internet

O Marco Civil da Internet pode colaborar com a segurança dos dados que trafegam na rede mundial de computadores, disse ontem Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela destacou que vem acompanhando os debates na Câmara sobre o Projeto de Lei 2.126/2011.

A senadora reconheceu que o tema envolve lobby de empresas, atinge um número importante de brasileiros e desperta debate acalorado. Ela admitiu que o marco, por si só, não garante a segurança



Debate trata de questão central para a democracia, diz Vanessa

completa da internet, mas pode cooperar com a superação da atual vulnerabilidade da rede no país.

— Esse debate traz uma questão estrutural e central para a democracia: a liberdade de expressão e de acesso à informação — afirmou.

Wellington lamenta morte do escritor O. G. Rego de Carvalho

Wellington Dias (PT-PI) discursou ontem sobre vida e obra do escritor piauiense Orlando Geraldo Rego de Carvalho, morto dia 9, em Teresina, aos 83 anos. O senador disse considerar um privilégio ter conhecido o romancista e contista — conhecido como O. G. Rego de Carvalho —, que participou da Geração de 45 e foi contemporâneo dele no movimento sindical bancário.

Wellington destacou o livro *Rio Subterrâneo*, definindo-o como das poucas obras que



Senador considera um privilégio ter convivido com o romancista

falam de loucura no momento em que o autor vive essa situação de saúde mental.

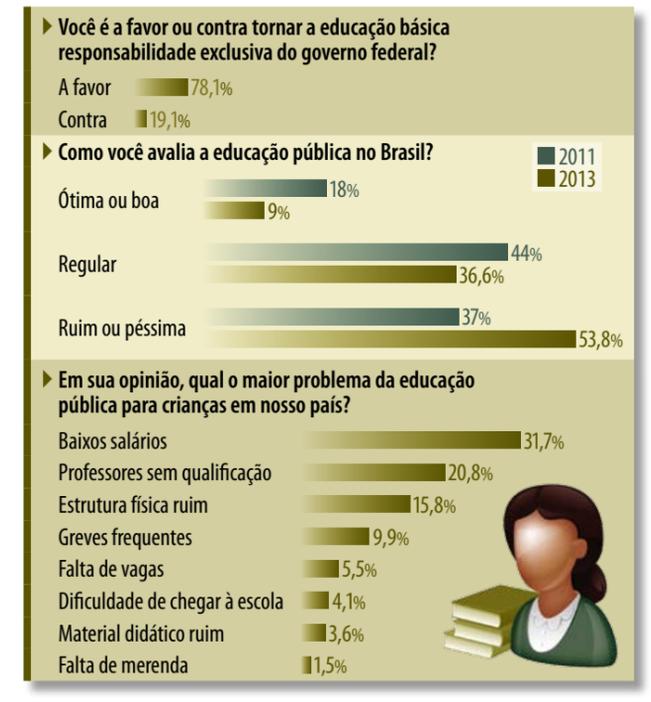
— Ele me contou que no final da tarde sentia o mundo rodar. Ele ia para um cinema e não sabia nem que filme estava passando, mas era uma forma de ir se acalmando.

Rolleberg volta a cobrar intérprete de Libras no Senado

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) voltou a cobrar ontem a contratação de profissionais para traduzir os trabalhos do Senado para a língua brasileira de sinais (Libras). Rolleberg afirmou que o Senado precisa dar exemplo de inclusão e atenção com a

pessoa com deficiência. De acordo com a Diretoria-Geral, já foi autorizada a contratação emergencial desses profissionais, que serão convocados conforme a demanda. A intenção é que os intérpretes comecem a trabalhar o mais rápido possível.

Federalização da educação



Fonte: DataSenado

Infraestrutura urbana deve receber mais recursos

Segue para Plenário projeto que destina R\$ 110 milhões para ações sanitárias, de habitação, mobilidade e acessibilidade. No total, serão R\$ 240 milhões suplementares para três ministérios

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem proposta (PLN 40/2013) que abre crédito suplementar de R\$ 240 milhões para os Ministérios das Cidades, da Agricultura e do Turismo. A maior parte (R\$ 110 milhões) irá para ações de infraestrutura sanitária, habitação, mobilidade e acessibilidade urbanas. O projeto, que segue para Plenário, libera R\$ 90 milhões para infraestrutura turística em estados e R\$ 40 milhões para infraestrutura de apoio à produção agropecuária. Para viabilizar o crédito, o texto retira R\$ 240 milhões do superávit financeiro do balanço da União de 2012.

Outro projeto aprovado (PLN 42/2013) abre crédito de R\$ 51 milhões para o Instituto Chico Mendes de Conservação



Senador Lobão Filho (E) preside reunião ordinária da Comissão Mista de Orçamento

da Biodiversidade (ICMBio) proteger florestas secas ou estacionais decíduas.

A CMO aprovou mais três propostas. O PLN 33/2013 libera R\$ 36,8 milhões para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e para o Ministério Público Federal e R\$ 9,1 milhões para a Secretaria de

Portos da Presidência. O PLN 22/2013 envia R\$ 10 milhões para projetos de crédito fundiário e para o Programa de Combate à Pobreza Rural. Já o PLN 18/2013 dá R\$ 1,1 milhão para o Ministério do Meio Ambiente capacitar pessoas para preencher e elaborar o Cadastro Ambiental Rural.

Aprovada reestimativa de receita para 2014

Foi aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) o Relatório da Receita do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA — PLN 9/2013). O parecer do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) aumenta a receita primária líquida para o Orçamento de 2014 em R\$ 12,1 bilhões. A comissão aprovou três destaques do senador Walter Pinheiro (PT-BA) ao relatório, com parecer contrário de Amorim.

Na proposta de Orçamento para 2014 enviada pelo



Amorim afirma que aumento foi um dos menores dos últimos anos

Executivo, a receita primária líquida, que engloba tudo o que o governo federal arrecada, depois de descontadas as transferências para os estados

e municípios, estava estimada em R\$ 1,08 trilhão. Com a reestimativa, sobe para R\$ 1,093 trilhão.

De acordo com a análise feita por Amorim, o aumento de 1,1% deve vir das chamadas receitas não administradas, como as decorrentes de concessões, dividendos de empresas estatais e royalties do petróleo.

— Esse foi o menor acréscimo dos últimos cinco anos e um dos menores desde 1994 — afirmou Amorim.

(Da Agência Câmara)

Financiamento para estudantes será ampliado em R\$ 2,5 bilhões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória 626/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,53 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Por meio do programa, o Ministério da Educação oferece empréstimos a juros mais baixos aos alunos que queiram frequentar curso superior privado. A MP segue agora para o Plenário da Câmara dos Deputados, onde começa a trancar a pauta em 9 de dezembro.

De acordo com o Executivo, o número de interessados em participar do Fies cresceu de forma “exponencial” nos últimos três anos, quando os juros foram reduzidos de 6,5% para 3,4% ao ano.

O prazo para quitação da dívida dos estudantes, que antes era de duas vezes o período do curso, passou a ser de três.

Conforme o governo, a ausência ou a redução do fundo comprometeria a credibilidade da ampliação do acesso de jovens ao ensino superior.

Segundo o relator, senador Wilder Moraes (DEM-GO), é inegável a relevância do programa para ampliar o acesso de estudantes a cursos não gratuitos de graduação, pós-graduação e de educação profissional e tecnológica.

— O crédito é necessário à continuidade e expansão do programa de concessão de financiamentos estudantil — disse. (Da Agência Câmara)

Projeto obriga que aumento de tarifa seja explicado em audiência

Para que uma prestadora de serviços públicos altere tarifas, terá que fazer audiência pública para justificar motivos e critérios. É o que prevê o PLC 188/2009, aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O projeto não determina audiências para reajustes periódicos previstos em contrato. O relator, Jorge Viana (PT-AC), afirmou que o texto conecta-se às manifestações de junho. A audiência terá que acontecer em cada estado, se a concessão abranger mais de um, e com justificativas em linguagem simples. Viana acatou emendas de

Pedro Taques (PDT-MT) para aprimorar a redação.

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Armando Monteiro (PTB-PE), contrários ao projeto, a medida poderá afastar as empresas num momento em que o Brasil precisa de investimento privado.



Segundo Viana, a proposta atende as manifestações populares

Senado solicitará informações ao TCU sobre obras públicas federais paralisadas

O Senado aprovou ontem pedido de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre obras públicas federais paralisadas. Para o senador Aécio Neves (PSDB-MG), autor do pedido, o Brasil é um “cemitério de obras inacabadas” e o Senado precisa cumprir o papel de fiscalizar as ações do governo.

— O Senado tem que avaliar detalhadamente a ineficiência e o desperdício de dinheiro público. A maior interessada deveria ser a presidente da República, que deveria estudar melhor os motivos que levaram às paralisações — afirmou o senador, referindo-se às críticas da presidente Dilma Rousseff à paralisação de obras em

decorrência das sugestões do tribunal.

Aécio cobrou resposta a outros requerimentos que enviou ao Executivo. Segundo o parlamentar, dos 39 enviados, 21 foram respondidos dentro do prazo, 13 com atraso e 5 ficaram sem resposta.

— Isso é crime de responsabilidade. Esses prazos devem ser cobrados pelo Senado — protestou.



Aécio Neves, autor do pedido, cobra outras respostas do Executivo

Aloysio quer debater cortes no orçamento de aeroportos

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) informou ontem, em Plenário, que apresentará requerimento para a realização de audiência pública para discutir a segurança dos passageiros depois dos cortes de orçamento da Infraero. Para o senador, o “aperto financeiro” da empresa pública foi uma consequência das concessões de aeroportos à iniciativa privada.

De acordo com Aloysio, os aeroportos concedidos — Galeão, no Rio de Janeiro, Juscelino Kubitschek, em Brasília, e Viracopos, em Campinas (SP) — respondiam por 38% da receita da Infraero, que, após as concessões, passou a ter prejuízo.



Casildo Maldaner pede ampla reorganização do pacto federativo

Casildo Maldaner pede ampla reorganização do pacto federativo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem uma ampla reorganização do pacto federativo. Para ele, novos papéis administrativos devem permitir a independência financeira de estados e municípios e romper a centralização excessiva dos recursos pela União.

Casildo disse que as prefeituras estão em “estado de apuro” devido ao aumento contínuo das despesas. Como exemplo, o senador citou o piso salarial nacional do magistério. Se respeitamos o piso, disse Casildo, os prefeitos correm o risco de descumprir os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal com a folha de pagamento.

Mário Couto destaca alta dos preços de alimentos no país

Mário Couto (PSDB-PA) comentou ontem pesquisa recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que revela um aumento de 80% nos preços dos alimentos. Para o senador, a alta demonstra a falta de confiabilidade das informações divulgadas por membros do governo federal que sustentam reiteradamente que a economia vai bem e que a inflação está sob controle. De acordo com Couto, no Pará, os alimentos cujos preços mais subiram foram a farinha de mandioca (104%); a banana (55%) e o açaí (54%).

— Dobrou a despesa do aposentado. A única coisa que baixa neste país é o salário dos aposentados — protestou.



Mário Couto destaca alta dos preços de alimentos no país



Waldemir Moka preside reunião da CAS: a comissão votou com o relator, Sérgio Souza, favorável ao projeto

Aprovado consórcio para empregadores urbanos

Projeto de Rodrigo Rollemberg acolhido pela Comissão de Assuntos Sociais muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, se não houver recurso, segue direto para a Câmara dos Deputados

EMPREGADORES, PESSOAS FÍSICAS ou jurídicas, poderão ser autorizados a formar consórcio para contratação de trabalhadores no meio urbano. É o que prevê projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor da proposta (PLS 478/2012), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), quer inserir a nova forma de contrato na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O senador argumenta que o consórcio preserva todos os direitos do trabalhador e permite a divisão dos encargos patronais entre os membros.

Rollemberg se inspirou no consórcio de empregadores rurais, adotado há mais de 20 anos para reduzir a rotatividade de mão de obra no campo, evitar litígios e garantir o acesso dos trabalhadores rurais aos direitos trabalhistas.

O PLS 478/2012 prevê que

o consórcio de empregadores urbanos seja registrado em cartório e especifique o empregador responsável pela administração das relações de trabalho com os contratados. Os demais empregadores, no entanto, serão solidariamente responsáveis.

O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), recomendou a aprovação da proposta e emendou o projeto de forma que ele modifique também a Lei 8.212/1991, que dispõe sobre o plano de custeio da Previdência Social, para prever a equiparação do consórcio ao empregador urbano.

Souza sugere ainda que o documento que formalizará a contratação pelo consórcio, firmado em cartório, contenha endereço pessoal, CPF, estado civil, RG e o registro profissional de todos os consorciados.

Se não houver recurso

para votação pelo Plenário, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Registro profissional

A CAS aprovou ainda o envio à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto que permite aos conselhos profissionais expedir carteiras provisórias mediante apresentação de certificados provisórios de conclusão de curso superior. Segundo o PLC 70/2013, o registro definitivo seria emitido quando da apresentação do diploma registrado pela universidade, como já prevê a legislação vigente.

Na mesma reunião, foi retirado de pauta, a pedido do autor, Paulo Paim (PT-RS), o PLS 178/2012, que propõe a criação do Conselho Nacional de Seguridade Social, em que participam trabalhadores, empregadores, aposentados e governo.

Comissão ouvirá ministros sobre regulamentação de profissões

Os ministros da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; do Trabalho, Manoel Dias; e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Cláudio Mascarenhas Brandão, além de um representante do Ministério Público do Trabalho, serão convidados pela CAS para uma audiência pública sobre a regulamentação de profissões. O debate foi proposto pelo presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), e por Lídice da Mata (PSB-BA). Os senadores querem ouvir a opinião dos ministros sobre diversos projetos de lei sobre regulamentação de profissões que tramitam na comissão.

Adiada decisão sobre terceirização de serviços

Ficou para a próxima semana a decisão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre dois projetos que normatizam a contratação de serviços terceirizados. Um pedido de vista coletiva, em resposta a solicitação de Humberto Costa (PE) e Eduardo Suplicy (SP), ambos do PT, determinou o adiamento da votação. Os senadores informaram que atendiam a apelo das centrais sindicais, que pedem a ampliação do debate. Humberto disse que, por conta “da complexidade e do potencial conflitivo” da matéria, quer propor audiências públicas para tratar do conteúdo.

Justiça do Trabalho terá novos cargos de tecnologia da informação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem três projetos de lei da Câmara (PLCs 65, 76 e 79, de 2013) — todos de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST) — que criam cargos efetivos na área de tecnologia da informação (TI). Como não houve alteração no texto aprovado, as matérias deverão ser enviadas à sanção presidencial logo após aprovação pelo Plenário do Senado.

Além de haver disponibilidade orçamentária para

as contratações, todas estão amparadas em resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que reconhece a necessidade de estruturação de um quadro permanente especializado em TI nos tribunais.

Ao justificar os projetos, o presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, observou que a Justiça do Trabalho enfrenta escassez de servidores capacitados na área, requisitados para dar suporte técnico à implantação do Processo Judicial Eletrônico.

Avança projeto que exige táxis adaptados para cadeirantes

Empresas e cooperativas de táxi que operam com 20 ou mais veículos poderão ser obrigadas a adaptar pelo menos 5% da frota para pessoas com deficiência. É o que determina o PLS 12/2012, que foi aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI). A proposta segue agora para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão final.

O projeto estabelecia inicialmente que apenas as empresas estariam sujeitas à obrigação, mas o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), incluiu as cooperativas.



Flexa lembra que cooperativas prestam serviços em muitas cidades

Ele lembra que em muitos municípios os serviços de táxi são prestados não apenas por permissionárias ou concessionárias, mas também por cooperativas formadas por condutores anônimos.

Anibal Diniz registra apoio da população ao Mais Médicos

Anibal Diniz (PT-AC) apresentou na terça-feira os resultados de uma pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) segundo os quais 84,3% dos entrevistados são favoráveis ao Programa Mais Médicos. O senador assinalou o fato de que a aprovação é crescente, uma vez que, em setembro, 73,9% dos entrevistados apoiavam o programa.

O parlamentar acrescentou que, nesta semana, chegaram, em Fortaleza 236 médicos cubanos para a segunda etapa do Mais Médicos.

— É curioso observar como à medida em que a informação



Programa assiste a parcela mais carente da população, lembra Anibal

aumenta, aumentam também a compreensão e os elogios ao programa — disse.

Anibal ressaltou que todos os médicos estrangeiros passam por treinamento antes de começar a atender.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Vital do Rêgo e Pedro Taques (ao centro) debatem com especialistas medidas para reestruturar o sistema

“Segurança pública precisa ser passada a limpo”

Comissão especial do Senado ouviu vários especialistas e os dados são alarmantes. Segundo o relator, Pedro Taques, o sistema “está absolutamente falido” e as mudanças terão que reestruturá-lo

“O SISTEMA DE segurança pública no Brasil está absolutamente falido.” A afirmação é do relator da Comissão Especial de Segurança Pública, Pedro Taques (PDT-MT), depois de ouvir ontem, em audiência pública, especialistas no assunto, como o ex-secretário de Segurança Pública do Ministério da Justiça Luiz Eduardo Soares e o membro do Conselho de Administração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública Renato Sérgio de Lima.

Segundo Taques, o aparato de segurança precisa de mudanças estruturais diante do quadro de insegurança mostrado: uma polícia que morre e mata muito, pequeno percentual de resolução de crimes, falta de confiança da população no sistema, aumento do número de homicídios e de estupros, penitenciárias superlotadas, tempo médio de 1.600 dias para os julgamentos de homicídios.

Os números apresentados por Renato Sérgio de Lima mostram um aumento de 7,8% dos homicídios dolosos em relação a 2011. Cresceu também o número de estupros — 50.617 em 2012.

Se as ruas estão mais violentas, a situação não é diferente nas penitenciárias. Segundo o anuário, cerca de 38% dos presos estão em situação provisória, “abrindo margem para uma série de problemas, da superpopulação carcerária às facções criminosas, que ocupam o lugar do Estado”.

Mata e morre

Enquanto a polícia de Nova York matou 9 pessoas em 2011, a de São Paulo tirou a vida de cerca de 250. No Rio de Janeiro foram quase 300 mortes. Por outro lado, para cada 100 mil policiais brasileiros, 17,8 são mortos em serviço. Fora de serviço são 58,7 mortes.

O resultado da situação é a perda da confiança da socie-

dade. A pesquisa mostra que 70,1% dos entrevistados não confiam na polícia. Nos Estados Unidos, a relação se inverte: 88% da população confiam nos órgãos de segurança. Na Inglaterra, a confiança chega a 82% dos habitantes.

Desmilitarização

Na opinião de Luiz Eduardo Soares, a segurança pública brasileira ainda adota práticas autoritárias herdadas da ditadura militar e nem os policiais nem a sociedade gostam do que veem. Ao defender a desmilitarização da PM, Soares explicou que não há como comparar as funções do Exército com as da polícia militar, por isso o tratamento deve ser distinto. Já o professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Claudio Beato Filho falou de outra dificuldade: a rivalidade histórica e crescente, não apenas entre as polícias, mas entre policiais e o Ministério Público.

Comissão aprova projeto que reforça combate à pirataria

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que altera as normas para combater violação de direito autoral. A proposta (PLC 63/2012), que agora segue para o Plenário, dá mais poder ao juiz, facilita a apreensão de bens falsificados e evita a volta de produtos piratas ao mercado. O projeto é iniciativa do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, ligado ao Ministério da Justiça.

Segundo o texto, quando o bem não for considerado de interesse público pela Fazenda Nacional, o juiz passa a ter o dever de determinar a destruição do produto, e não apenas a possibilidade de tomar tal atitude, como previsto no Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/1941). Hoje só o autor pode requerer a destruição.

A exemplo do que já ocorre com drogas apreendidas, explica o relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto abre a possibilidade da destruição antecipada de equipamentos, instrumentos, produções ou reproduções violadoras de direitos autorais. Vital apresentou substitutivo, com sugestões. Ele observou que

o mercado pirata tem forte relação com crimes como tráfico de drogas e de pessoas.

Entre as mudanças previstas no substitutivo, uma se relaciona à apreensão e à perícia. O texto prevê que a descrição dos bens falsificados apreendidos será por lotes, e não individualmente e na totalidade, conforme determina a lei em vigor. Também a perícia poderá ser feita por amostragem dos bens apreendidos. Vital propôs que a apreensão e a perícia por lotes ocorram apenas quando se tratar de grandes quantidades.

O texto aprovado também proíbe que o próprio réu venha a ser o fiel depositário da apreensão. O relator propõe que seja permitida a venda antecipada dos bens apreendidos, ficando o valor apurado depositado em conta judicial até que se resolva a ação penal. Se o réu for absolvido, a quantia lhe seria restituída. Se for condenado, o valor da alienação ficaria para o Fundo Penitenciário Nacional. Se a investigação for arquivada por falta de determinação do autor do crime, os bens apreendidos poderão ser revertidos para instituições de ensino, pesquisa ou assistência social.



Destruição de material pirata poderá ser determinada pelo juiz, segundo projeto

Magno Malta defende maioria penal aos 13

Magno Malta (PR-ES) defendeu em Plenário, na terça-feira, a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 90/2003, de autoria dele, que diminui para 13 anos a maioria penal no caso dos crimes hediondos.

A matéria está sendo analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o voto do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é pela rejeição. Em Plenário, Malta informou que deverá sugerir a Ricardo Ferraço, na tentativa de viabilizar a aprovação da PEC, uma alteração para incluir a previsão de criação de centros de treinamento esportivo nos quais os jovens infratores com idade a partir de 13 anos possam ser internados para praticar esportes de alto rendimento simultaneamente ao cumprimento das penas criminais a que foram condenados.



Malta quer reabilitar menores pelo esporte

Humberto Costa critica internação involuntária

A internação involuntária de dependentes químicos foi criticada ontem por Humberto Costa (PT-PE), para quem a questão das drogas tem “contaminado de maneira negativa” a reforma psiquiátrica no Brasil. Ele disse estar preocupado com a forma como a internação de dependentes químicos tem sido abordada nas discussões do projeto que altera as políticas públicas sobre drogas.

Ainda tramitando na Câmara, o PLC 37/2013 altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Entre os diversos temas em debate, explicou Humberto, está a internação involuntária de dependentes de drogas. O senador se disse contrário a esse tipo de abordagem, por considerá-lo um retrocesso.

— A internação involuntária não é uma solução para o problema — pontuou.



Humberto vê retrocesso na internação involuntária

Programa *Diplomacia* discute situação das Forças Armadas

Em tempos de espionagem norte-americana, o Brasil está preparado para proteger o próprio território? Existe dinheiro suficiente para reaparelhar as Forças Armadas? Esse é o tema de destaque do *Diplomacia*, a revista de política internacional da TV Senado, que ouviu os comandantes

das três Armas, analistas e parlamentares envolvidos na definição de recursos para a defesa nacional.

O programa mostra ainda que o Brasil atrai cada vez mais universitários estrangeiros e as atividades do Ano da Alemanha no Brasil, entre outros temas.

Serviço

O *Diplomacia* vai ao ar neste fim de semana, na TV Senado

• SÁB. 16/11: às 12h30 e às 22h30 Reprises: SÁB. 23/11, às 17h •
• DOM. 17/11: às 9h e às 17h DOM. 24/11, às 3h • SÁB. 7/12, às 3h

A TV Senado pode ser sintonizada em canal aberto (UHF) nas seguintes cidades: • Rio Branco (16 UHF) • Gama-DF (36 UHF) • João Pessoa (40 UHF) • Fortaleza (43 UHF) • Rio de Janeiro, Zona Oeste (49 UHF) • Brasília (51 UHF) • Natal (52 UHF) • Salvador (53 UHF) • Recife (55 UHF) • Cuiabá (56 UHF) • Manaus (57 UHF) •

Também nos canais: • 7 (Net Brasília) • 169 (Sky) • 217 (Direct TV) • 17 (TECSAT) • 121 (Vivo TV) • 903 (OI TV) • 231 (GVT TV) •

E na internet pelo www.senado.gov.br/tv

Brasil tem apenas 43 dias de reserva de água, diz presidente de agência

Em audiência pública, Vicente Andreu Guillo recomenda construção de reservatórios para garantir a segurança hídrica do país

A CONSTRUÇÃO DE reservatórios é vital para a segurança hídrica do país. O alerta é do diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, que ontem participou de audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), presidida por Fernando Collor (PTB-AL). Segundo Guillo, o volume de água armazenado pelo Brasil hoje é muito menor que o de outros países, como Estados Unidos e Austrália.

Guillo admitiu o fato de muitas reservas atuais estarem sob pressão, operando para atender demandas para as quais não foram projetadas inicialmente.

— A retomada de uma política de reservatórios no Brasil é crucial. Segurança hídrica é a capacidade de oferecer água com qualidade e em quantidade. Os reservatórios garantem justamente essa segurança nos eventos climáticos, na produção de energia, na navegação e até no turismo — explicou.

Segundo o diretor-presidente da ANA, o Brasil tem hoje, em média, água reservada para 43 dias. Uma vez excluídos os reservatórios de energia elétrica, haverá menos de uma semana de garantia de água. Números bem distantes dos Estados Unidos, por exemplo, que têm mil dias.

— A política de dar segurança



Vicente Andreu Guillo alerta para baixas reservas hídricas em audiência com os senadores Fernando Collor e José Pimentel

hídrica significa retomar a construção de reservatórios. E têm que ser reservatórios de uso múltiplo — defendeu.

Estruturas ligadas aos reservatórios, como adutoras e canais, não podem ser esquecidas, disse o representante da agência. Ele informou que o Brasil tem uma “rede razoável” de adutoras, principalmente no semiárido, mas há necessidade de ampliação, visto que a demanda por água é crescente.

Guillo lembrou que a água não é recurso infinito, mas apenas renovável e com disponibilidade incerta, o que leva à conclusão óbvia de que o país precisa de estrutura de armazenamento que assegure a oferta no período de secas.

— Não adianta dizer que água é vida, que é mais

importante que petróleo e que vai ser motivo de guerras no futuro. Ela deve estar no centro de políticas públicas, pois é sempre mais difícil remediar do que tomar ações preventivas — advertiu.

Agenda política

Para José Pimentel (PT-CE), a segurança hídrica precisa entrar para a agenda política brasileira, inclusive do Congresso. Ele advertiu que, especialmente para o Nordeste, a seca vai existir sempre.

— Num período de dez anos no Nordeste Setentrional, onde vivem 12 milhões de brasileiros, nós temos quatro anos de seca, dois anos de muito pouca chuva e apenas quatro anos com chuva. Isso vem desde 1930, quando o

levantamento de dados começou a ser feito — afirmou.

Pimentel chamou a atenção para o fato de que o período de chuva no Nordeste Setentrional, de março a maio, coincide com o período de seca no nascedouro do Rio São Francisco. Daí a necessidade de integração de bacias.

Sérgio Souza (PMDB-PR) lembrou que onde há reservatórios há riquezas e benefícios para a população, seja pelo turismo ou pela exploração de outras atividades econômicas. Como exemplo, citou o oeste do Paraná, onde, segundo ele, o asfalto chegou até a pequenas estradas rurais. Defendeu também o uso dos reservatórios na piscicultura, visto que o Brasil “tem potencial enorme”, mas é importador de pescado.

Senadores cobram uso do transporte hidroviário

Na audiência, o representante da ANA ouviu dos senadores cobranças sobre a subutilização do transporte hidroviário. Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por exemplo, afirmou que deveria ser proibida a construção de barragens em rios sem eclusas, a fim de garantir a navegabilidade.

— Não dá para entender por que o governo continua errando. Há projetos no Congresso, inclusive um meu, para impedir que isso aconteça — afirmou o senador.

Alfredo Nascimento (PR-AM) tem opinião semelhante. Para ele, o projeto de construção de uma hidrelétrica

deve prever eclusa, apesar de o governo alegar que isso vai encarecer o custo da energia.

— Que o governo pague a parte dele. É uma questão de princípio, de governo. E, infelizmente, a ANA não vai poder fazer nada a respeito.

A discussão sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos

fez parte da agenda 2013-2014 da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com o ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país. Quarta-feira a CI ouvirá o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, sobre dívida dos produtores rurais do Nordeste.

Collor destaca crescimento da Aliança do Pacífico

Ao registrar a recente visita da presidente Dilma Rousseff ao Peru, o presidente da Comissão de Infraestrutura, senador Fernando Collor (PTB-AL), disse ontem que o Brasil deve refletir sobre o modelo de crescimento adotado por países integrantes da Aliança do Pacífico, tratado comercial do qual fazem parte Peru, México, Chile e Colômbia.

Collor ressaltou que o Peru tem crescido a taxas anuais acima de 6% e fez clara opção por acordos de livre comércio, como os negociados com Japão, Canadá, Estados Unidos,

Cingapura, China e Coreia.

— O modelo de crescimento escolhido pelos países da Aliança do Pacífico tem dado bons resultados, que se refletem em taxas de crescimento médias acima de 4%, mesmo com as dificuldades da crise de 2008 — afirmou o parlamentar ao abrir a reunião da CI.

Collor destacou que o foco da visita presidencial foram os projetos de infraestrutura, principalmente os que tratam da integração física entre os dois países.

— A interconexão ferroviária

dos portos de Paita e Bayóvar, no Peru, e das nossas malhas ferroviárias Centro-Oeste e Norte-Sul será essencial para o direcionamento de correntes de comércio para o Pacífico, assim como a conexão hidroviária Yurimaguas-Manaus — afirmou.

Logística

Ao falar sobre logística, o senador citou levantamento feito pela Macrologística Consultoria, especializada em transporte, mostrando que o Brasil gasta quase três vezes mais que

os Estados Unidos no transporte da produção agrícola.

— Segundo Roberto Casali Pavan, sócio da Macrologística, os norte-americanos investem o equivalente a 4% do produto interno bruto em transporte, enquanto o Brasil investe apenas 0,5% do PIB no setor. A diferença se faz também presente no tipo de investimento: enquanto o Brasil concentrou-se no setor rodoviário, os Estados Unidos investiram maciçamente em ferrovias e hidrovias, sem deixar de abrir rodovias, ao mesmo tempo.

Oswaldo Sobrinho quer investimento em transporte hidroviário

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) voltou a cobrar ontem investimentos em modais de transporte alternativo às rodovias. “Para desatar os nós de nossa logística, os transportes ferroviário e fluvial vêm sendo lembrados, estudos são desenvolvidos, autoridades são sensibilizadas, mas, lamentavelmente, as soluções não se concretizam”, lamentou. O senador afirmou que o Brasil escolhe apenas 7% da produção por meio de hidrovias, apesar de estimativas apontarem que esse percentual poderia chegar a 50%.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sérgio Souza: desde 2008 agronegócio cresce mais que o PIB

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) comemorou na terça-feira o desempenho do agronegócio. Ele lembrou que, desde 2008, o produto interno bruto (PIB) agropecuário cresceu duas vezes mais que o PIB nacional. No primeiro semestre de 2013, o PIB cresceu 2,6%, contra um aumento de 14,7% da agropecuária.

— Temos um déficit [na balança comercial], hoje, de 1,8 bilhão de dólares. Não fossem os 72 bilhões de dólares do superávit do agronegócio, chegaríamos aí a quase 73 bilhões [de dólares] de déficit.

Empréstimos para o Paraná dependem do estado, não da União

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou ontem que o governo do Paraná não tem conseguido contratar empréstimos externos. Segundo o senador, várias operações tramitam no Tesouro Nacional, porém dependem de garantias da União, que só podem ser concedidas se o estado apresentar as contrapartidas constitucionais e da Lei de Responsabilidade Fiscal, como limites de gasto com pagamento de pessoal.

Ele rechaçou as acusações de que o governo federal, com o PT no comando, estaria impedindo propositalmente os empréstimos ao Paraná, governado pelo PSDB.



Waldemir Barreto/Agência Senado